



**DISCURSO DO MINISTRO DE ESTADO, DA ECONOMIA E DA TRANSIÇÃO DIGITAL,
PEDRO SIZA VIEIRA,
NO ENCERAMENTO DO DEBATE NA GENERALIDADE DO
ORÇAMENTO DO ESTADO 2020**

Lisboa, Assembleia da República | 10 de janeiro

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Colegas de Governo

Dentro de alguns minutos, o Parlamento pronunciar-se-á sobre a proposta de Lei de Orçamento de Estado que lhe foi apresentada pelo Governo. É o primeiro dos orçamentos a ser votado nesta legislatura e, deste modo, assinala um novo ciclo político e na vida do país.

A primeira nota sobre debate que decorreu nestes últimos dias deve ser para sublinhar a grande mudança na forma como hoje, em Portugal, se discute uma proposta de orçamento. Essa mudança decorre do trabalho desenvolvido durante a legislatura anterior. Ao longo de quatro orçamentos, construídos em estreito diálogo entre o Governo e o Parlamento, foi possível transformar profundamente a perspetiva que os portugueses e o mundo têm sobre Portugal.

Há quatro anos, quando se discutiu o primeiro orçamento da legislatura, as questões que angustiavam as bancadas que se sentam à nossa direita prendiam-se com aquilo que caracterizavam como o irrealismo otimista das projeções de crescimento e de emprego; hoje, do mesmo lado, as críticas centram-se na suposta pouca ambição dos objetivos de crescimento económico.

Ao longo da última legislatura, do lado direito do Parlamento, gritava-se contra o insuficiente ritmo de redução da dívida pública; agora, ouvimos pedidos insistentes de redução mais acelerada dos impostos e de aumentos da despesa nos serviços públicos.



Dantes, acusava-se a política financeira de ser irresponsável, e que as finanças públicas não estariam preparadas para os efeitos adversos de um choque externo; agora, sustenta-se que a consolidação orçamental, afinal, foi coisa fácil, e um objetivo errado.

A verdade é esta: nos últimos dois dias, as intervenções de todas as bancadas assentaram na constatação do facto de que a situação económica, social e financeira do país está mais sólida e mais saudável. Mesmo as intervenções críticas dos senhores Deputados assentam numa perspetiva que todo o Parlamento partilha: que o país pode fazer melhor; que Portugal pode ter mais justiça social; que pode gerar mais e melhor emprego; que as nossas empresas podem ser mais competitivas; que os serviços públicos podem ter mais qualidade; que o Estado deve investir mais no nosso futuro comum e nas infraestruturas que valorizam o nosso território e servem os nossos cidadãos e a nossa economia.

O teor da discussão nestes últimos dois dias e as exigências dos senhores Deputados e dos vários Partidos são a melhor homenagem ao percurso que o país percorreu nestes últimos anos. Este é um país que recuperou a ambição; que recuperou inquietação cívica; que elevou o padrão de exigência dos cidadãos com as suas instituições.

Não estão resolvidos todos os problemas nacionais. Continuam-se a viver situações de privação, mas este é um país de que já não se diz que vive acima das suas possibilidades; é um país que, pelo contrário, sente que são muitas as possibilidades ao alcance dos portugueses, e que é dever de todos nós colocar os nossos recursos comuns ao serviço da concretização dessas ambições. Não mais o foco da discussão parlamentar é o conformismo com o empobrecimento coletivo, mas o modo como podemos consolidar mais rapidamente os ganhos passados e continuar a caminhar no sentido de uma economia mais forte e de uma sociedade mais justa.

Eis, pois, a nossa maior vitória coletiva; o melhor legado afinal da geringonça.



A segunda nota é para assinalar a pobreza das visões alternativas para o desenvolvimento do país que a oposição afirmou. Do mesmo passo que criticava a suposta falta de uma visão estratégica deste orçamento, a oposição absteve-se de oferecer uma. Quando atacou a falta de ambição para o crescimento do país e criticou as ferramentas de política económica para os prosseguir, a oposição limitou-se a oferecer, como se fora nova ou visionária, a mais estafada e desacreditada ferramenta de política económica: o choque fiscal! A grande receita alternativa que nos foi oferecida foi a baixa de impostos, essa ferramenta mágica que, sem mais, geraria investimento, criaria emprego e equilibraria - no futuro, claro - as contas públicas.

Tantas vezes ouvimos esta história contada nas últimas décadas. Por Reagans, duas gerações de Bushes, Trumps ou Barrosos. Sempre a receita falhou! Mesmo em países mais dotados de capital e qualificações, o prometido crescimento não durou, a suposta receita futura não se materializou, as desigualdades acentuaram-se e governos seguintes tiveram de aumentar ainda mais os impostos ou reduzir serviços públicos. Mesmo depois de uma crise financeira global, parece que, entre nós, continua a haver quem acredite que esta seja é uma política de fomento do desenvolvimento.

Um choque fiscal não é uma visão estratégica. É aquilo que apresenta quem se abstém de oferecer uma estratégia ao país.

Pelo contrário, este orçamento está ao serviço de uma visão para o futuro do país. A visão que se traduz na agenda para a década que apresentámos há quatro anos; que está plasmada no programa do Governo e nos quatro desafios estratégicos para que todos estamos convocados.

A nossa aspiração é construir uma década de convergência com a Europa, de construir uma sociedade altamente desenvolvida, em que o crescimento da produtividade assenta na inovação e nas qualificações, com um Estado Social forte, que não deixa ninguém para trás, e que assegura a todos oportunidades justas de aqui concretizarem o seu potencial e realizarem em liberdade as suas aspirações pessoais e profissionais.



Esta aspiração exige uma base económica forte, e por isso o crescimento da economia e da competitividade são fatores essenciais da sociedade mais justa que estamos a construir.

No programa de Governo, o reforço da produtividade da nossa economia assenta no continuado esforço na qualificação dos portugueses; no crescimento da investigação e desenvolvimento; na colaboração entre setor privado, a academia e as políticas públicas para o reforço da inovação; na transformação digital das nossas empresas e no acesso adequado aos meios de financiamento para os investimentos.

A proposta de orçamento é uma, mas apenas uma, ferramenta de apoio à concretização destes objetivos. Mas não esgotam uma política económica. Tão importante como ela, é a capacidade de articular o setor publico e privado e as instituições do nosso sistema científico e tecnológico, na modernização e na internacionalização da nossa economia - na dinamização de novas áreas essenciais à mudança do nosso padrão de especialização, como o espaço, a aeronáutica, a ferrovia ou as tecnologias de informação e de comunicação, no apoio ao crescimento da produtividade nos setores tradicionais. Tão importante como as medidas orçamentais é fomentar o acesso ao crédito e ao capital pela maior eficácia das instituições financeiras públicas de apoio à economia, tão importante como elas é o aumento da eficácia na qualificação dos nossos recursos humanos para aproveitarem plenamente as oportunidades geradas pela transformação digital.

Uma política económica vai muito para além da política orçamental e o Governo não abdica dela - mas sabe que finanças públicas sólidas são condição necessária ao desenvolvimento e transformação da nossa economia.

A terceira nota a retirar deste debate serve para registar o teor de algumas críticas feitas à proposta de orçamento. Muitos criticaram o facto de este se apresentar como um orçamento de continuidade, sugerindo que, tendo os últimos anos sido de suposta estagnação, o Governo revelaria aí o seu conformismo. Mas a verdade é que o percurso dos últimos anos é que permitiu a todos os senhores Deputados formularem as exigências



que agora apresentam ao Governo. Entre 2016 e 2019, o PIB terá crescido mais de 10% em termos reais. E em média, mais de 2,5%, ao ano. Um crescimento francamente acima da média da União Europeia; superior ao crescimento que no mesmo período teve, por exemplo, a Espanha.

Este desempenho da economia assentou em bases robustas, como o crescimento em 40% do valor das exportações de bens e serviços e o fortíssimo crescimento do investimento privado, com especial relevo para a capacidade de atração de investimento direto estrangeiro. Foi acompanhado de um intenso crescimento do emprego; da saída do procedimento por défice excessivo, da recuperação do nível de investimento do rating da República, da redução do custo da dívida (abaixo da Espanha e de Itália) e da própria dívida externa, do crescimento do rendimento disponível e, facto notável no contexto de uma política monetária expressamente desenhada para aumentar o consumo, de uma ligeira subida da taxa de poupança das famílias próxima dos 7%.

É mesmo a continuidade deste processo que o Governo pretende - mas ainda mais e melhor!

Outras críticas focaram-se na necessidade de “ir mais além”. É verdade, reconhece-se, que na proposta de Orçamento é maior o esforço na qualidade dos serviços públicos e que são reforçadas as prestações sociais; é aumentada a despesa com os trabalhadores da administração pública; que é reforçado o investimento – mas é pouco, disseram alguns. Devia-se ir mais longe, e mais depressa.

É verdade que são reduzidos os impostos sobre as empresas e os cidadãos e são criados incentivos ao investimento, à qualificação dos portugueses, à inovação e ao conhecimento – mas não chega, disseram outros. Deviam reduzir-se drasticamente todos os impostos, e já!



E houve ainda aqueles que disseram tudo e o seu contrário, ao mesmo tempo e quase na mesma frase: que os impostos são muitos, e que a despesa é pouca; que a dívida é elevada, e que o excedente é desnecessário.

Aliás, a estrela do debate foi o excedente projetado. É justo: um excedente é inédito na nossa democracia. Imagino mesmo que seja inédito na vida de muitas das senhoras e dos senhores Deputados. Mas o mais interessante é o modo como o excedente previsto estimulou a imaginação de alguns senhores Deputados. O excedente seria uma obsessão do Governo, uma bravata do senhor Ministro das Finanças, uma sujeição a Bruxelas. Está mal, disseram. O excedente deveria ser utilizado para muitos e urgentes fins: para reduzir os impostos, para aumentar salários, para reforçar investimento. Mas ninguém referiu como virtuoso aquele que, afinal, é o verdadeiro destino do excedente orçamental: a redução da dívida pública, que continua a ser um constrangimento ao nosso crescimento e é um fator de risco para as futuras gerações.

O excedente previsto, recorde-se, é a consequência de uma economia em expansão. Aumentando lucros, salários, consumo e investimento, aumenta a receita fiscal.

Ora, o excedente que ocorre numa economia em expansão, tem um destino óbvio - a redução da dívida pública gerada em momentos de recessão. Neste momento, são baixos os juros da dívida pública - pagamos hoje menos dois mil milhões de euros por ano do que pagávamos há cinco anos. Portugal é o país da União Europeia cuja taxa de juro mais diminui neste período, fruto da nossa gestão orçamental e do desempenho da economia. Mas os juros voltarão a subir, num momento qualquer. Não será muito, não será já, mas há-de acontecer um dia. E é por isso que, nesta altura, nesta altura de expansão devemos continuar a fazer o esforço de redução da dívida pública.

Isso não é mau. É bom. É mesmo muito bom. É isso que assegura que no futuro o Estado continua a ter os recursos suficientes para levar a cabo as políticas públicas necessárias e que um futuro governo não venha a usar uma qualquer crise externa como pretexto para destruir o nosso Estado social. É isso que assegura que as futuras gerações não são



oneradas com o peso dos défices passados e que garante aos futuros governos a liberdade de desenharem os orçamentos que a cada momento correspondam às escolhas políticas do eleitorado. E como prova esta proposta de orçamento, e o diálogo que mantivemos ao longo deste tempo com vários partidos aqui representados, a redução da dívida pública não é incompatível com a manutenção de todos os ganhos da legislatura anterior, e com o desenvolvimento de conquistas adicionais.

O excedente que podemos apresentar este ano é um passo essencial para recuperarmos a nossa liberdade orçamental. Atingido o objetivo de médio prazo, o nosso país pode enfrentar com mais confiança uma fase mais negativa do ciclo económico. Pode continuar a consolidar ao longo da legislatura avanços em matéria social, pode manter sem sobressaltos o ritmo de investimento nas escolas, nos hospitais, nos transportes ou na habitação. Pode reduzir no próximo ano e forma mais consistente o IRS das classes médias, ou continuar a apoiar as empresas que investem na sua modernização, na valorização dos seus recursos humanos ou na inovação dos seus produtos e dos seus processos.

Este é apenas o primeiro de quatro orçamentos da legislatura. E ao iniciá-la nesta base sólida, oferece aos nossos cidadãos, às nossas empresas e aos investidores externos, uma garantia de estabilidade e previsibilidade, que é a melhor condição de confiança para que estes possam arriscar na sua vida e nos seus negócios.

Numa economia global sujeita a toda a sorte de incertezas - da guerra comercial e tecnológica entre as duas superpotências, à insegurança no Médio Oriente, à instabilidade política em muitos países europeus, o melhor ativo que o nosso país dispõe é o de se apresentar como referencial de estabilidade, de segurança e de responsabilidade. E é esse referencial que temos de preservar.

Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados

Esta proposta de orçamento foi apresentada num tempo extremamente rápido. Aliás, se



se concretizar o calendário previsto, a votação final global ocorrerá antes do fim do prazo legal para a sua apresentação. Mas o prazo curto despendido na sua elaboração não se fez à custa da disponibilidade do Governo para ouvir a sociedade, os agentes económicos e os partidos que, ao longo da legislatura anterior, suportaram a atividade governativa e a aprovação dos anteriores orçamentos.

Ouvimos os portugueses e atendemos à prioridade que estes atribuem ao Serviço Nacional de Saúde, o que se reflete na proposta de orçamento, através do maior reforço deste século do programa orçamental para a Saúde.

Ouvimos os parceiros sociais, e incluímos nesta proposta algumas das suas sugestões para reforçar o crescimento da produtividade das empresas e permitir a valorização dos rendimentos do trabalho.

Ouvimos os Partidos e refletimos na proposta orçamental as preocupações que nos foram manifestadas nesses contactos.

Esta é, uma proposta de orçamento que reflete claramente o programa de Governo e a visão estratégica para o futuro do país, mas que nem por isso deixou de ser construída em diálogo.

A votação na generalidade que dentro de minutos terá lugar, permitirá iniciar o processo de discussão da proposta na especialidade. O Governo reafirma a sua disponibilidade para, no âmbito desse processo, concretizar alterações e densificações à sua proposta, muitas das quais, aliás, foram já objeto de discussão com os partidos que ao longo da legislatura anterior suportaram a solução governativa.

Em outubro, os eleitores reforçaram a base parlamentar que permitiu ao país construir o capital de confiança refletida nesta proposta orçamental. Quiseram visivelmente que os Partidos - todos os Partidos - que integraram essa base parlamentar, pudessem continuar a trabalhar em conjunto para construir uma sociedade mais justa e uma economia mais

sólida. É isso que teremos oportunidade de fazer nas próximas semanas, e em que o Governo se empenhará.

E sabemos - sabe-o o Governo, sabem os Partidos e sabem os eleitores - que esse trabalho não se esgota num orçamento, nem numa legislatura.